



Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil

2ª edição

 ISBN 978-85-240-4547-9
 © IBGE, 2022

Introdução¹

As desigualdades raciais são importantes vetores de análise das desigualdades sociais no Brasil, ao revelarem no tempo e no espaço a maior vulnerabilidade socioeconômica das populações de cor ou raça preta, parda e indígena. Estudos realizados pelo IBGE, como a primeira edição deste *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil* (2019)

e a *Síntese de indicadores sociais* (2021) têm mostrado acesso desigual de distintos grupos populacionais a bens e serviços básicos necessários ao bem-estar (como saúde, educação, moradia, trabalho, renda etc.), enquanto muitos destes acessos são assegurados em direitos, pela Constituição Federal do Brasil, de 1988, e por leis.

Mesmo com a implementação de programas de transferência de renda, a exemplo do Auxílio Brasil e, mais recentemente, dos programas emergenciais adotados em 2020, como o Auxílio Emergencial, bem como das políticas públicas voltadas à ampliação do acesso desta população a bens e serviços acima referidos, os maiores impac-

Mercado de trabalho e distribuição de renda

Cargos gerenciais 2021

69,0% x **29,5%**
 ocupados por brancos ocupados por pretos ou pardos



Pessoas abaixo das linhas de pobreza 2021

Inferior a...	US\$ 1,90/dia	US\$ 5,50/dia
Branca	5,0%	18,6%
Preta	9,0%	34,5%
Parda	11,4%	38,4%

Condições de moradia e patrimônio

Proprietários de grandes estabelecimentos agropecuários (mais de 10 mil ha) 2021

Branca **79,1%**
 Preta ou parda **19,0%**



Violência

Taxa de homicídios, por 100 mil pessoas 2020

	Total	Homem	Mulher
Branca	11,5	21,2	2,4
Preta	21,9	41,4	2,7
Parda	34,1	64,3	4,6

Educação

Taxa de comparecimento ao ENEM (%)

	2019	2020	2021
Branca	75,2%	49,2%	72,1%
Preta	70,1%	40,7%	60,2%
Parda	71,8%	43,1%	62,9%
Amarela	73,1%	44,9%	65,8%
Indígena	68,0%	37,1%	55,3%

Nota: Taxa de comparecimento é o total participantes dividido pelo total de inscritos no ENEM. Foram considerados os participantes do ENEM em Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.

Participação e gestão

Candidatos(as) a prefeito(a) com receita de campanha acima de R\$ 1 milhão 2020

67,5%	6,8%	25,7%
Branca	Preta	Parda
0,0%	0,0%	
Amarela	Indígena	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

¹ Por decisão editorial, a publicação é divulgada em duas partes, sendo a primeira correspondente a este informativo, com os principais resultados do estudo e a segunda pelo documento **Notas técnicas**, que traz considerações de natureza metodológica sobre o levantamento e a lista de referências das obras citadas. Demais informações sobre o estudo encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>

tos sobre a população preta ou parda, por exemplo, não foram capazes de reverter as históricas desigualdades que mantêm sua situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. De fato, como analisado, apesar da população preta e parda representarem 9,1% e 47,0%, respectivamente, da população brasileira em 2021, sua participação entre indicadores que refletem melhores níveis de condições de vida está aquém desta proporção.

O presente informativo dá continuidade à primeira versão divulgada em 2019, atualizando e propondo novos indicadores, tendo como objetivo mostrar as desigualdades sociais por cor ou raça, a partir da construção de um quadro composto por dimensões das

condições de vida da população brasileira, como mercado de trabalho e distribuição de renda, condições de moradia e patrimônio e educação. São analisados, da mesma forma, indicadores relativos à violência, à representação política e ao ambiente político do Município. Nesta edição buscou-se ampliar, sempre que possível, a desagregação populacional trazendo resultados para brancos, pretos e pardos, por meio das pesquisas domiciliares, e incluir amarelos e indígenas, em alguns registros administrativos utilizados². Foi possível, também, aprofundar o estudo desses temas por meio de recortes regionais e com características populacionais específicas, a partir de um plano tabular detalhado, disponibilizado no portal do IBGE na Internet.

Mercado de trabalho e distribuição de renda

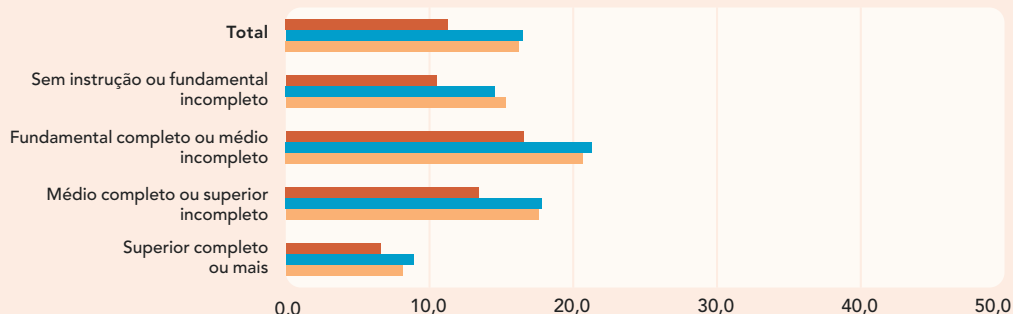
Em relação à força de trabalho - conjunto de pessoas que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência, as pessoas de cor ou raça branca representavam 43,8%, enquanto as pessoas pretas, 10,2% e as pardas 45,0%, em 2021. Em valores absolutos, os contingentes correspondiam a 45,6 milhões de pessoas brancas, 10,7 milhões de pretas e 46,8 milhões de pardas, totalizando 103,1 milhões no ano.

Entretanto, em relação à população desocupada, tanto as pessoas pretas como as pardas estiveram sobrerrepresentadas com, respectivamente, 12,0% e 52,0%. As pessoas brancas, por outro lado, registraram sub-representação, pois eram 35,2% dos desocupados em 2021. O mesmo padrão é observado quando analisada a decomposição da força de trabalho subutilizada por cor ou raça, e, também na série iniciada em 2012.

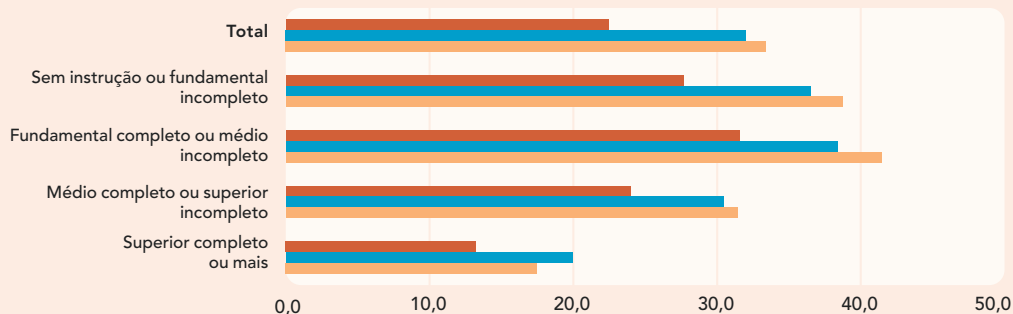
Taxa de desocupação e taxa composta de subutilização, segundo os níveis de instrução

2021

Taxa de desocupação (%)



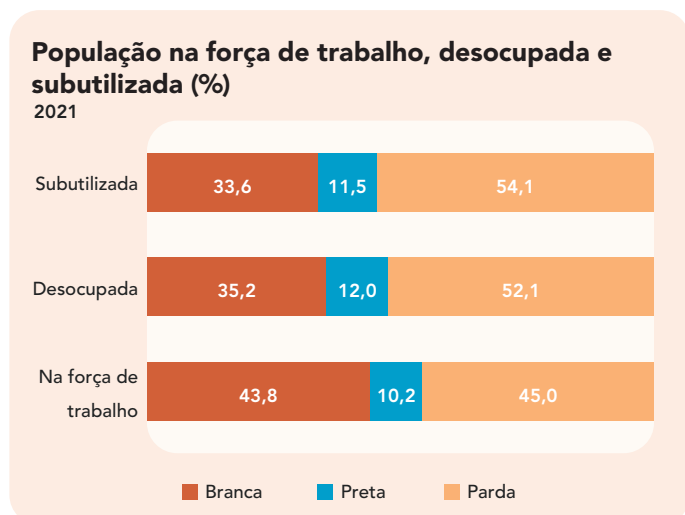
Taxa composta de subutilização (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

² Existem diferenças na forma de captação da identificação étnico-racial entre pesquisas domiciliares e registros administrativos, que, basicamente, se resumem no fato de as primeiras se basearem na declaração do informante, enquanto, nas últimas, as informações geralmente são fornecidas por terceiros (hospitais, secretarias de segurança pública, escolas e partidos políticos).

Dessa forma, tanto a taxa de desocupação, que representa a proporção de pessoas desocupadas sobre a força de trabalho, quanto a taxa de subutilização, indicador que inclui além dos desocupados, os subocupados por insuficiência de horas e pessoas que potencialmente poderiam estar na força de trabalho, das pessoas brancas foram inferiores às dos outros dois grupos populacionais analisados³. Em 2021, a taxa de desocupação foi de 11,3% para pessoas brancas, contra 16,5% para pessoas pretas e 16,2% para pessoas pardas. Em relação à taxa de subutilização, as pessoas brancas registraram 22,5%, contra 32,0% para pretas e 33,4% para pardas. Em todos os anos estudados, a desocupação e a subutilização foram sistematicamente inferiores para as pessoas de cor ou raça branca. As taxas de desocupação e de subutilização foram maiores entre as pessoas pretas ou pardas independentemente do nível de instrução considerado. Em ambas as taxas, a diferença foi relativamente menor para pessoas que possuíam ensino superior completo.



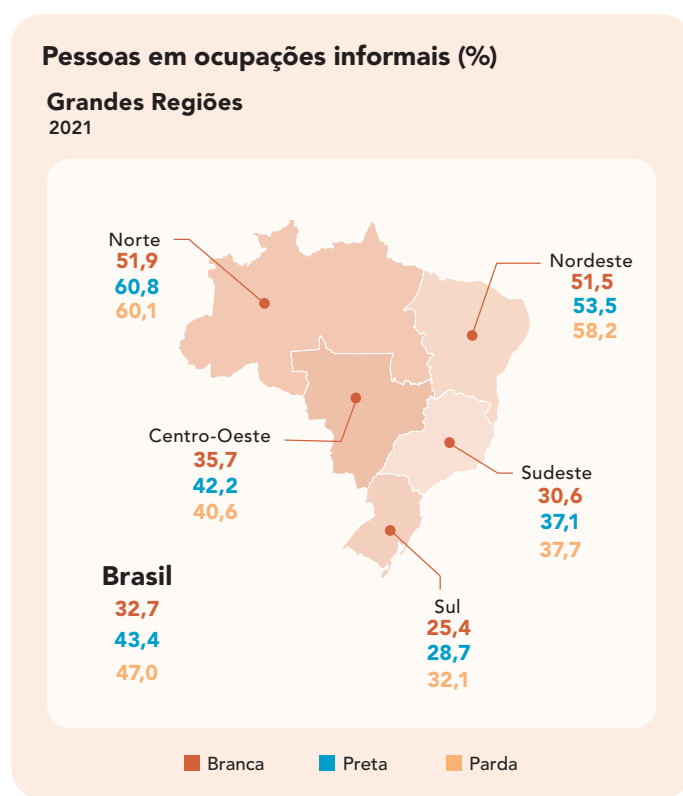
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

A informalidade no mercado de trabalho está associada, muitas vezes, ao trabalho precário e/ou à ausência de proteção social, que limita o acesso a direitos básicos, como a remuneração pelo salário-mínimo e o direito à aposentadoria⁴. Na série iniciada em 2012, a ocupação informal passou a registrar crescimento a partir de 2016, com a ampliação, em termos relativos, do pessoal ocupado sem carteira de trabalho assinada e por conta própria, independentemente da cor ou raça da pessoa. Posteriormente, em 2020, houve redução por conta da eliminação de postos de trabalhos informais em virtude da crise causada pela pandemia do COVID-19. Passado o período mais crítico de suas consequências na economia, a recuperação das atividades de serviços provocou novo aumento da informalidade, que atingiu 40,1% em 2021. As diferenças entre os

³ Os conceitos e definições dos indicadores utilizados nesta publicação estão disponíveis nas **Notas Técnicas**, na seção Glossário.

⁴ Nesta publicação o conceito de ocupação informal é uma *proxy* da definição apresentada na 17ª Conferencia Internacional del Estadísticos del Trabajo - CIET, realizada, em Genebra, pela Organização Internacional do Trabalho - OIT (INTERNATIONAL CONFERENCE OF LABOUR STATISTICIANS, 2003). A mesma conceituação é utilizada na *Síntese de indicadores sociais* e compreende: empregados do setor privado e trabalhadores domésticos sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem para a previdência social, e trabalhadores familiares auxiliares (PERFIL..., 2012).

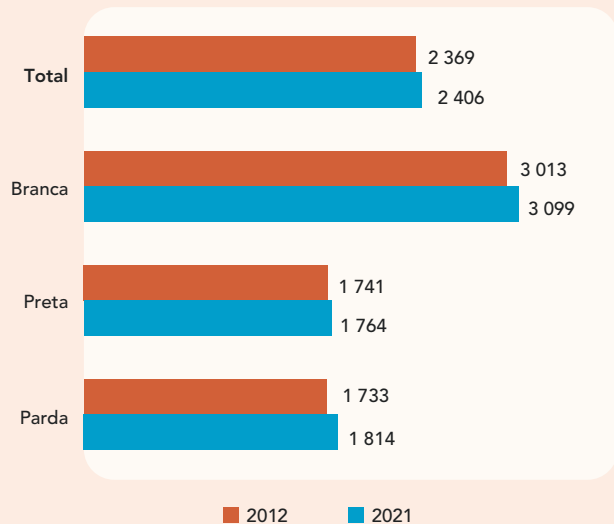
grupos de cor ou raça, no entanto, continuaram significativa. Enquanto 32,7% das pessoas ocupadas brancas estavam em ocupações informais, entre as pretas esse percentual atingiu 43,4% e, entre as pardas, 47,0% em 2021. A maior informalidade entre pessoas de cor ou raça preta ou parda, em relação às brancas, foi verificada ao longo de toda a série. As Regiões Norte e Nordeste apresentaram os resultados mais elevados, notadamente entre as pessoas pretas ou pardas, cujas proporções, em 2021, situaram-se próximas a 60%.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

Em relação aos rendimentos do trabalho, a população branca também registrou indicadores mais favoráveis. Esse quesito tem particular importância, pois o trabalho é a principal fonte de renda para a aquisição de bens e serviços e para o padrão de consumo de indivíduos e famílias. Em 2021, o rendimento médio mensal de pessoas ocupadas brancas (R\$ 3 099) foi bastante superior ao de pretas (R\$ 1 764) e pardas (R\$ 1 814). A diferença relativa em favor das pessoas ocupadas brancas ocorre desde o início da série histórica, em 2012. A desigualdade de rendimentos do trabalho por cor ou raça ocorreu com intensidades distintas nas Grandes Regiões, mas foi observada tanto nas Unidades da Federação que apresentaram menores rendimentos médios – Piauí, Maranhão e Bahia –, quanto nas que registraram rendimentos mais elevados – Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro.

Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas (R\$/mês)



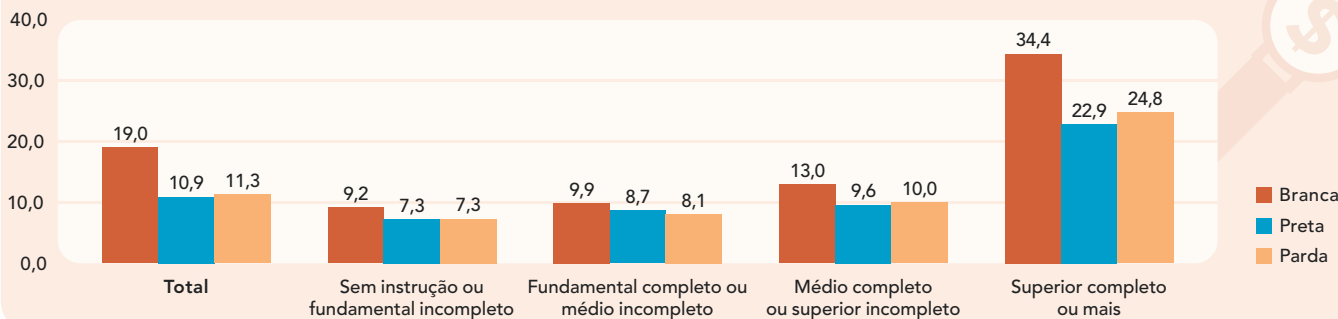
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021.
Nota: Valores deflacionados para reais médios de 2021.

O recorte por nível de instrução e hora trabalhada torna a percepção da desigualdade ainda mais nítida. Em 2021, enquanto o rendimento médio de pessoas ocupadas brancas atingiu R\$ 19,0 por hora, os valores para pretas (R\$ 10,9) ou pardas (R\$ 11,3) foram significativamente inferiores. Observou-se que, quanto mais alto o nível de instrução, maior o rendimento, sendo significativo para quem possui o ensino superior completo. Entretanto, as disparidades de rendimentos do trabalho, sob a ótica da cor ou raça, estão presentes em todos os níveis de instrução. Com ensino superior completo ou mais, as pessoas brancas ganharam, em média, 50% a mais do que as de cor ou raça preta e cerca de 40% a mais do que as pardas.

A população ocupada preta ou parda apesar de estimada como maioria em 2021, 53,8%, estava presente apenas em 29,5% dos cargos gerenciais ocupados em 2021. Já a população ocupada branca, 45,2% do total, estava presente em 69,0% desses cargos. Esse fenômeno foi observado nas cinco Grandes Regiões do País. A divisão em ordem crescente de rendimentos nos cargos de gestão indica ainda que, quanto mais alto o rendimento, menor é a proporção de pessoas pretas ou pardas. Em 2021, na classe de rendimento mais elevada, somente 14,6% das pessoas ocupadas em cargos gerenciais eram pretas ou pardas, ao passo que, entre as brancas, tal proporção atingiu 84,4%.

Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas (R\$/hora)

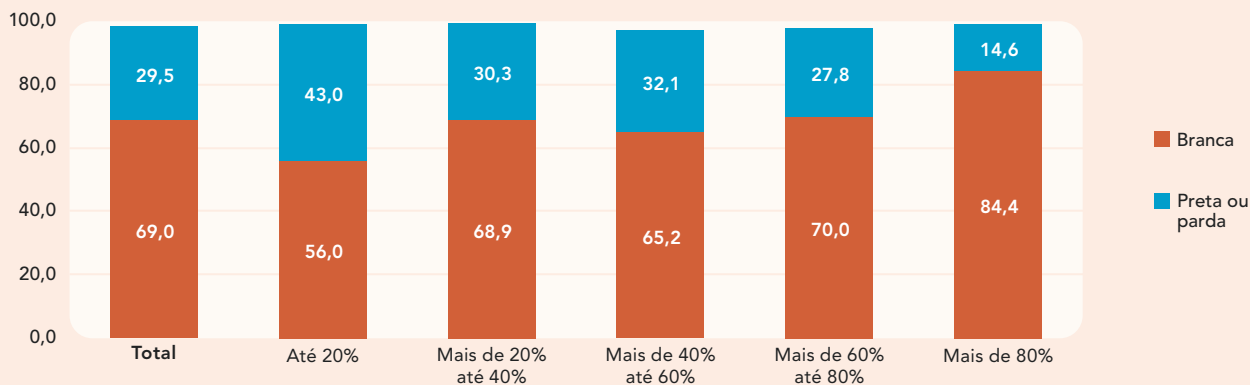
2021



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.
Nota: Valores deflacionados para reais médios de 2021.

Pessoas ocupadas em cargos gerenciais, segundo quintos em ordem crescente de rendimento do trabalho principal (%)

2021



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

A análise do perfil distributivo do rendimento de todas as fontes mostra uma dinâmica semelhante ao registrado pela renda do trabalho. Em 2021, o rendimento médio domiciliar *per capita* da população branca (R\$ 1 866) era quase duas vezes o verificado para a população preta (R\$ 965) e parda (R\$ 945), tendência que se manteve desde 2012. Os rendimentos observados em 2021 foram os mais baixos da série, tendo maior redução entre a população preta (8,9%) e parda (8,6%) em relação ao ano anterior, enquanto o rendimento da população branca decresceu em 6,0%. Este comportamento está relacionado, muito provavelmente, à redução e posterior extinção dos programas emergenciais de transferência de renda, em 2021, que tiveram maior impacto sobre a população de cor ou raça preta ou parda (SÍNTESE..., 2021). Em 2020, ano em que tais programas foram implementados, a redução no rendimento na população branca foi de 5,9% em relação a 2019, ao passo que entre pretos e pardos a queda foi de, respectivamente, 2,6% e 2,4%.

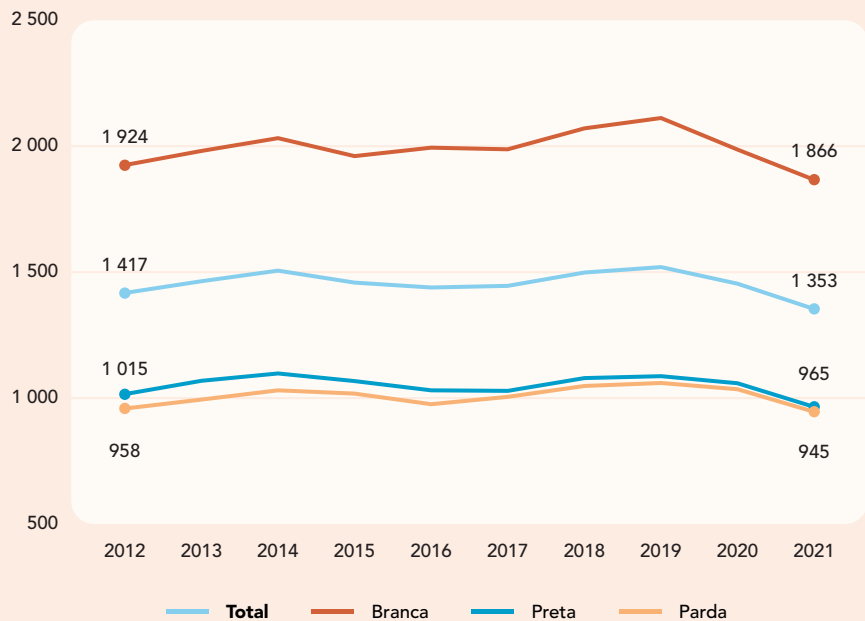
As maiores diferenças entre o rendimento médio domiciliar *per capita* da população branca e a preta ou parda ocorreu nos Estados de Roraima e Rio de Janeiro, onde estes últimos receberam 45,1% e 46,3%, respectivamente, do rendimento dos brancos, em 2021. As duas Unidades da Federação com os maiores rendimentos médios do País, São Paulo e Distrito Federal, também registraram diferenças próximas à média nacional (50,8%). Já nos Estados de Rondônia (81,0%) e Mato Grosso (71,6%) as diferenças foram menores.

Estas diferenças no rendimento domiciliar *per capita* estão relacionadas à maior concentração da população preta e parda na base da estrutura de rendimento. Considerando apenas esses três grupos populacionais, a participação da população preta (9,2%) e parda (47,4%) na população em 2021 era inferior à participação no décimo populacional com os menores rendimento, em que se concentravam 9,8% dos pretos e 65,0% dos pardos. Este fenômeno se mantém até a metade da estrutura distributiva. Por outro lado, entre as pessoas com os 10% maiores rendimentos, observou-se uma sub-repre-

sentação das pessoas pretas ou pardas: eram 4,3% de pretos e 23,9% de pardos. Entre a população branca ocorreu o inverso, ou seja, sua participação no décimo com os menores

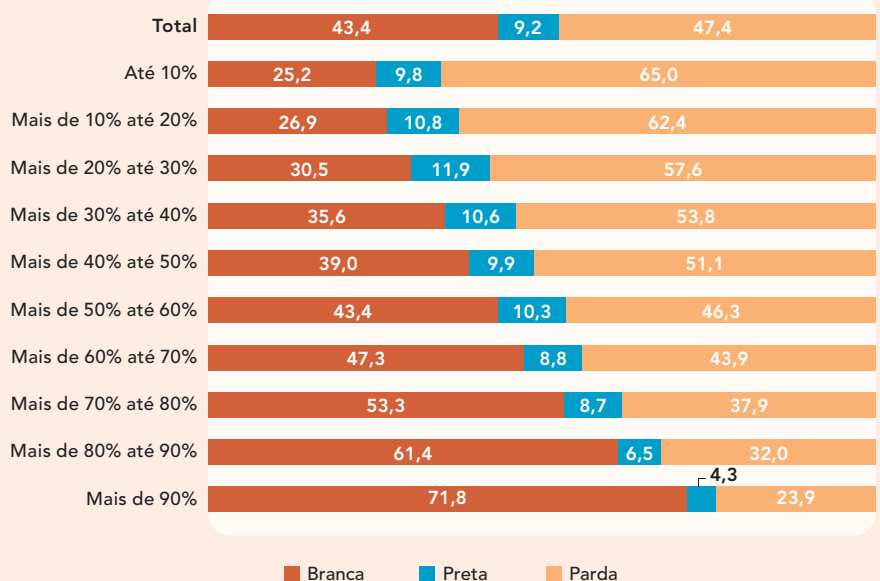
rendimentos (25,2%) era inferior à participação na população (43,4%), ao passo que entre o décimo com os maiores rendimentos havia uma sobre representação em 2021 (71,8%).

Rendimento médio domiciliar *per capita* (R\$)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021. Nota: Valores deflacionados para reais médios de 2021.

Distribuição da população segundo as classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar *per capita* (%) 2021



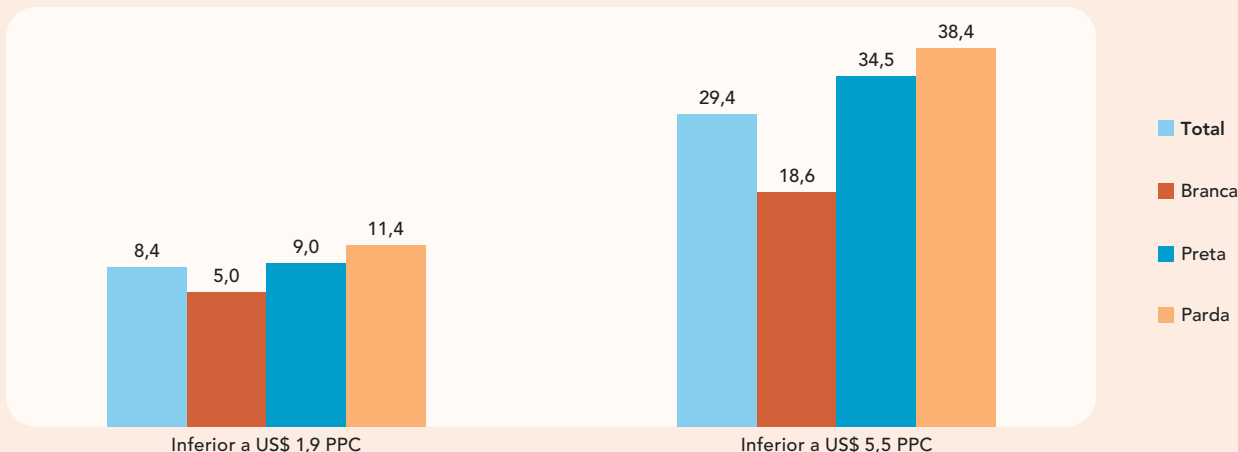
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021. Nota: Valores deflacionados para reais médios de 2021.

A análise das linhas de pobreza monetária, propostas pelo Banco Mundial (World Bank), reforçam o quadro de maior vulnerabilidade da população preta e parda, que apresentou percentual de pobres superior ao verificado para a população de cor ou raça branca. Em 2021, considerando a linha de US\$ 5,50 diários, a taxa de pobreza das

peças brancas era 18,6%, ao passo que entre as pessoas pretas o percentual foi de 34,5% e, entre as pardas, 38,4%. Considerando a linha de US\$ 1,90 diários, a diferença também foi expressiva: enquanto 5,0% das pessoas brancas tinham rendimentos abaixo da linha, 9,0% das pessoas pretas e 11,4% das pardas situavam-se também abaixo.

Pessoas com rendimento mensal domiciliar per capita abaixo das linhas de pobreza (%)

2021



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.
Nota: Valores deflacionados para reais médios de 2021.

Condições de moradia e patrimônio

As desigualdades de rendimento, descritas na seção anterior, possuem uma relação estreita com as desigualdades de patrimônio. Entre essas duas formas de desigualdade, existe uma relação de mão dupla: por um lado, a concentração de rendimentos permite que uns acumulem mais patrimônio que outros e, por outro, um patrimônio maior pode criar condições melhores para a obtenção de rendimento.

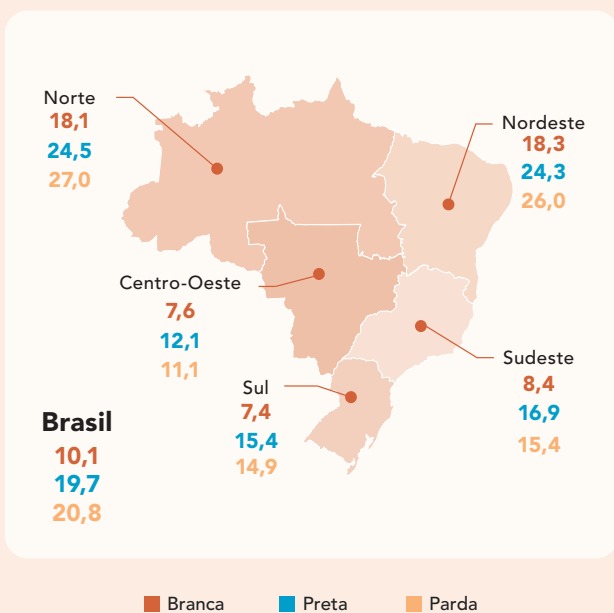
Diferentes pesquisas do IBGE trazem informações relevantes relacionadas ao patrimônio das famílias. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua 2019, ano da investigação mais recente com dados disponíveis sobre o tema, fornecem uma série de elementos sobre o local de moradia – que constitui um dos principais ativos do patrimônio de muitas famílias. Um primeiro elemento, a condição de ocupação do domicílio, apresenta apenas pequenas diferenças segundo a cor ou raça da população. Em 2019, 73,1% da população branca residia em domicílios próprios, proporção que era de 71,8% para a população parda e de 71,1% para a população preta.

Em uma série de outras características relacionadas à moradia, porém, existem desigualdades mais significativas por cor ou raça. Entre a população residente em domicílios próprios, 20,8% das pessoas pardas e 19,7% das pessoas pretas residiam em domicílios sem documentação da propriedade, enquanto a proporção encontrada entre as pessoas brancas era cerca de metade desse valor (10,1%). Pretos e pardos enfrentam, portanto, uma situação de maior insegurança de posse e de informalidade da moradia própria.

População residente em domicílios sem documentação da propriedade, entre os residentes em domicílios próprios (%)

Grandes Regiões

2019



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

A insegurança em relação à posse da moradia própria, além de representar em si uma vulnerabilidade para as famílias, traz também implicações do ponto de vista patrimonial, na medida em que a informalidade restringe operações comerciais com o imóvel.

As desigualdades por cor ou raça se expressam ainda no acesso a serviços de saneamento, o que, além das implicações relativas à saúde e condições de vida, também traz impactos patrimoniais. Considerando que o valor da residência não é determinado apenas pelas características físicas do próprio imóvel, mas também pela localização e inserção na infraestrutura urbana, menores índices de acesso aos serviços de saneamento indicam menores valores desses imóveis.

Entre a população residente em domicílios próprios, 27,8% das pessoas de cor ou raça branca residiam, em 2019, em domicílios sem esgotamento por rede coletora ou pluvial. Entre as pessoas pardas, a proporção era consideravelmente maior (45,9%) e, entre a população de cor ou raça preta, a proporção foi de 36,0%. Registram-se desigualdades semelhantes em relação ao acesso à rede de abastecimento de água e à coleta de lixo.

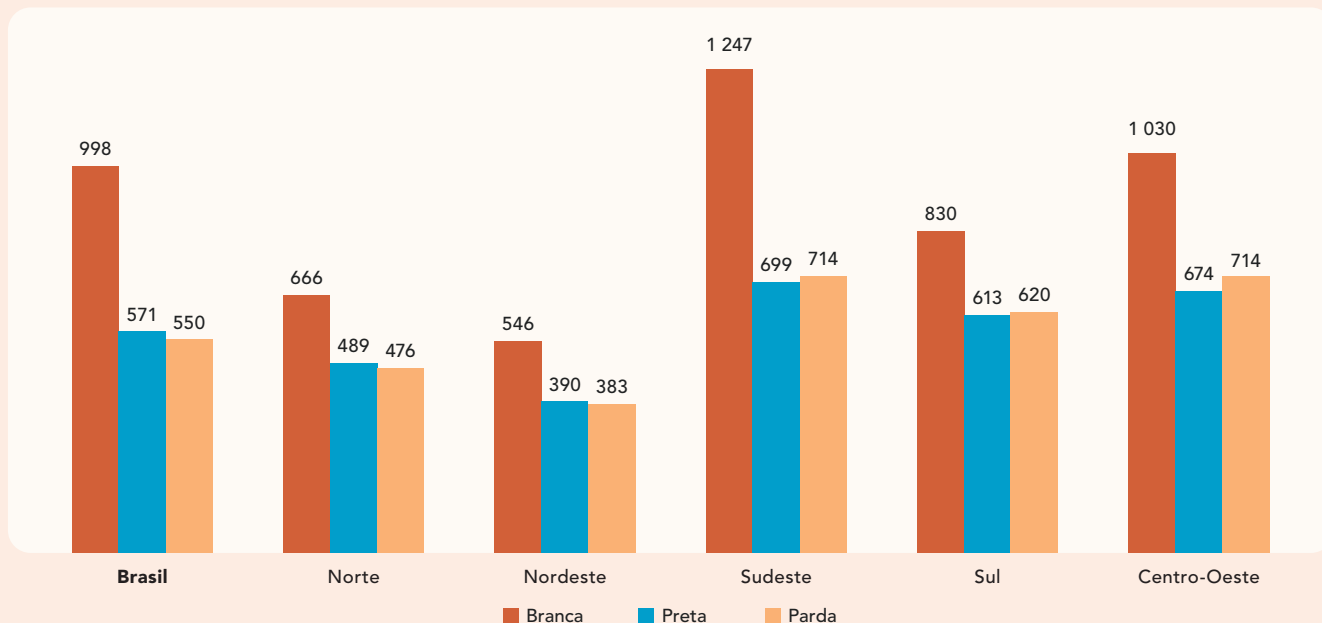
Segundo a pesquisa, os domicílios próprios da população preta ou parda tinham cerca de um cômodo a menos que o verificado em relação à população branca. Em média, os domicílios próprios com pessoa responsável de cor ou raça branca tinham 6,5 cômodos, número que era de 5,6 para as pessoas de cor ou raça preta e 5,7 para as pessoas cor ou raça parda. Em todas as Unidades da Federação, o número de cômodos dos domicílios das pessoas brancas era superior ao dos domicílios das pessoas pretas ou pardas.

Em suma, o conjunto de dados apresentados pela PNAD Contínua mostra que os imóveis próprios da população preta ou parda eram em geral menores, apresentavam pior inserção na infraestrutura urbana e possuíam maior proporção de informalidade em relação à documentação que os imóveis próprios da população branca.

Também do IBGE, a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2017-2018, a mais recente, levantou, nos domicílios próprios, o valor hipotético de aluguel mensal do domicílio, segundo avaliação dos moradores. O valor médio encontrado nos domicílios com pessoas responsáveis de cor ou raça branca foi de R\$ 998, enquanto nos domicílios com pessoas responsáveis pardas o valor foi de R\$ 550 e de pessoas responsáveis pretas foi de R\$ 571. Na avaliação dos moradores, portanto, os domicílios das pessoas brancas valiam cerca do dobro do verificado para pessoas pretas ou pardas, em termos de aluguel mensal.

Outra dimensão importante do patrimônio das famílias diz respeito à posse de bens duráveis. Além da comodidade, a posse de alguns bens duráveis impacta a capacidade dos moradores de gerir seu tempo e de se comunicar, sendo importante para diversas atividades cotidianas. Com apenas uma exceção (as motocicletas), para todos os bens analisados, as pessoas brancas apresentaram maior proporção de presença do bem em seus domicílios que as pessoas pretas ou pardas. As pessoas de cor ou raça branca também apresentavam em média maior quantidades dos bens em proporção ao número de moradores do domicílio: 10,2% das pessoas brancas residiam em domicílios com um ou mais automóvel por adultos, proporção que era de apenas 2,7% entre as pessoas pretas e 3,5% entre as pessoas pardas.

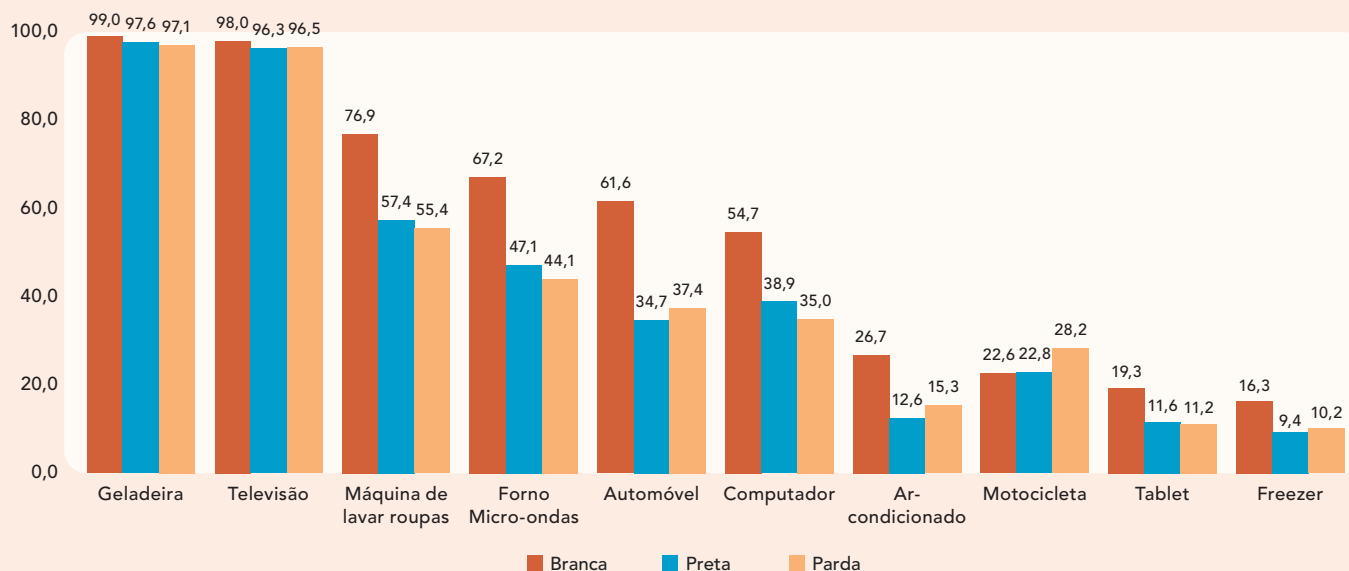
Valor médio do aluguel estimado dos domicílios próprios, por cor ou raça da pessoa de referência (R\$)
período 2017-2018



Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Proporção de pessoas com posse de bens duráveis no domicílio, segundo o tipo de bem (%)

período 2017-2018



Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Outro aspecto do patrimônio diz respeito a propriedade de estabelecimentos ou outros ativos que são capazes de gerar renda. Uma fonte de informação nesse sentido é o Censo Agropecuário 2017, do IBGE, que investigou as características dos estabelecimentos agropecuários, bem como a cor ou raça dos produtores. Os resultados indicaram relação entre cor ou raça e propriedade da terra.

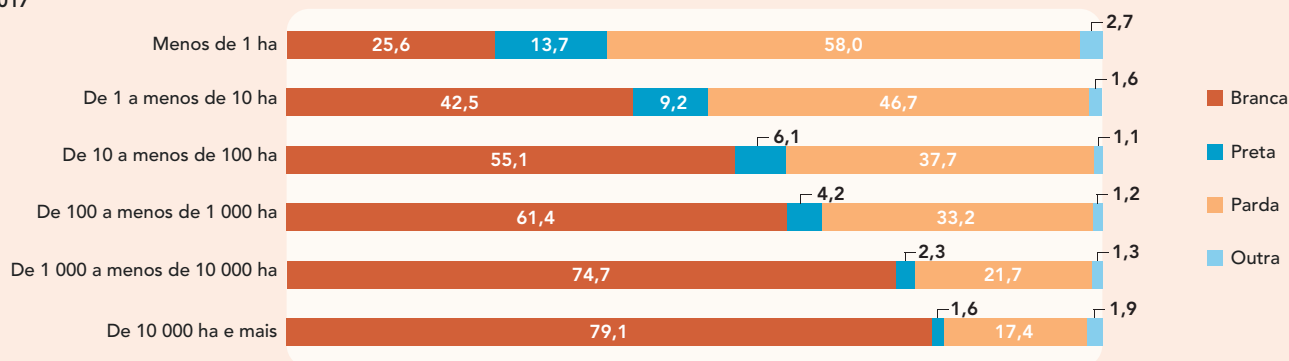
Nos estabelecimentos agropecuários onde o produtor era proprietário das terras, 48,0% dos produtores eram de cor ou raça branca, 42,7% parda e 7,9% preta. No conjunto de modalidades em que o produtor não era o proprietário⁵, pessoas brancas represen-

tavam 34,5% dos produtores, enquanto as pardas representavam 52,1%, e as pretas, 10,5%.

Nos estabelecimentos onde o produtor era proprietário, a distribuição dos produtores por cor ou raça se mostra bastante relacionada ao tamanho das propriedades. Entre os proprietários de estabelecimentos agropecuários com menos de 1 hectare, os pretos (13,7%) e pardos (58,0%) constituíam, em conjunto, ampla maioria (71,7%). No extremo oposto, entre os proprietários de estabelecimentos agropecuários com mais de 10 mil hectares, os proprietários de cor ou raça branca representavam 79,1%, enquanto os pardos eram 17,4% e os pretos, apenas 1,6%.

Distribuição dos estabelecimentos agropecuários em que o produtor é proprietário das terras, segundo grupos de área total (%)

2017



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

⁵ Abarcando os produtores na condição de concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva, arrendatário, parceiro, comodatário, ocupante e os produtores sem área.

Educação

A educação é amplamente reconhecida como a principal dimensão para acesso às distintas oportunidades nas sociedades democráticas, participando na determinação dos rendimentos do trabalho, do status da ocupação e da mobilidade social. No Brasil, o acesso aos níveis educacionais mais elevados, mais especificamente ao ensino superior, representa um mecanismo importante de manutenção das desigualdades sociais em suas várias dimensões (HASENBALG, 2003; SOUZA; RIBEIRO; CARVALHAES, 2010). Nessa seção, serão tratados alguns aspectos das desigualdades por cor ou raça na educação, tendo em vista o contexto da pandemia e com olhar para o ensino superior.

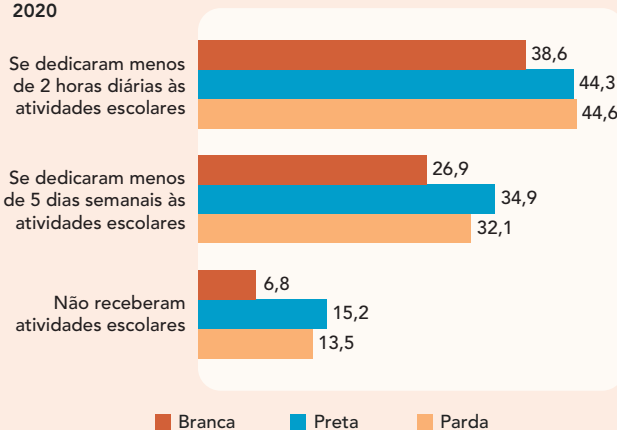
Apesar da considerável expansão e democratização do ensino superior brasileiro a partir dos anos 2000 (SÍNTESE..., 2019), as desigualdades de acesso relacionadas às características socioeconômicas dos estudantes continuam elevadas, implicando desigualdades no mercado de trabalho e restringindo a mobilidade social. A classe social, o gênero e a cor ou raça do indivíduo permanecem fatores determinantes para uma melhor ou pior inserção no mercado de trabalho, limitando os efeitos favoráveis da expansão do acesso ao ensino superior para gerar maior igualdade entre as pessoas (RIBEIRO, 2011). As adversidades enfrentadas durante a pandemia parecem ter agravado ainda mais essa situação, na medida em que gerou condições muito desiguais de estudo à distância, fazendo com que os estudantes mais vulneráveis desistissem de concorrer a uma vaga no ensino superior.

De fato, a suspensão das aulas presenciais representou um desafio sem precedentes, imposto pela pandemia ao processo de aprendizado de todos os estudantes. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID-19⁶, coletada entre maio e novembro de 2020 (com perguntas complementares sobre educação, aplicadas no último mês de coleta), evidenciaram que as condições desiguais de oferta de atividades escolares e de acesso a essas atividades, tanto em função do tempo dedicado às atividades quanto da presença de infraestrutura tecnológica adequada para o estudo na residência, prejudicaram principalmente os alunos da rede pública, estudantes com menor renda, maioria de pretos ou pardos, moradores da zona rural e das Regiões Norte e Nordeste do País (SÍNTESE..., 2021).

Em novembro de 2020, a proporção de estudantes de 6 a 17 anos sem aulas presenciais e que não receberam atividades escolares foi de 6,8% para brancos, 13,5% para pretos e 15,2% para pardos. Também foi inferior a proporção de estudantes brancos em relação à de pretos ou pardos quando se contabiliza aqueles sem atividades presenciais e que realizaram ao menos parte das atividades escolares recebidas com limitações no número de dias (menos de 5 dias semanais) e no número de horas (menos de 2 horas diárias).

Estudantes de 6 a 17 anos de idade sem aulas presenciais por disponibilidade e tempo dedicado às atividades escolares (%)

2020



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID-19 nov. 2020.

Notas: As atividades escolares disponibilizadas para realização em casa incluem aulas online, deveres, estudo dirigido etc.

O perfil dos inscritos e participantes do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, principal forma de ingresso no ensino superior, sofreu mudanças no tempo e, como esperado, foi fortemente afetado pela pandemia.

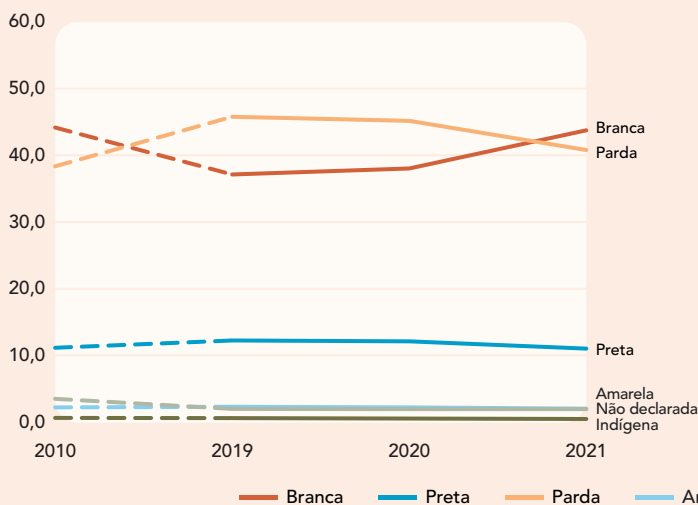
A Sinopse Estatística do ENEM, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP⁷, revelou que, de 2010 a 2017, ocorreu uma mudança no perfil de cor ou raça de seus inscritos. Enquanto a representatividade dos inscritos brancos caiu de 42,9% para 35,0%, a do grupo de inscritos pretos ou pardos passou de 49,6% para 60,2% de 2010 a 2017. Vários fatores são sugeridos para explicar essa mudança de tendência, desde o crescimento numérico dos inscritos, maior reincidência entre pretos ou pardos que tentam o ENEM, até mudanças culturais na autoidentificação por cor ou raça. Essa mudança, que reflete muitos fatores além do advento das cotas, também foi identificada nas pesquisas domiciliares do IBGE, especialmente entre os pretos mais escolarizados (SENKEVICS, 2022).

Os anos de pandemia de 2020 e 2021, não levaram somente a uma redução no total de inscritos no ENEM, que atingiu seu menor valor em 2021, passando de 5,1 milhões em 2019 para 5,8 milhões em 2020 e para 3,4 milhões em 2021, mas também foram responsáveis por uma quebra na tendência de democratização no perfil dos participantes de cor ou raça a partir de 2019. De 2019 a 2021, a proporção de participantes brancos passou de 37,1% para 43,7% e de participantes pretos ou pardos caiu de 58,0% (45,8% de pardos e 12,2% de pretos) para 51,8% (40,8% de pardos e 11% de pretos), no mesmo período.

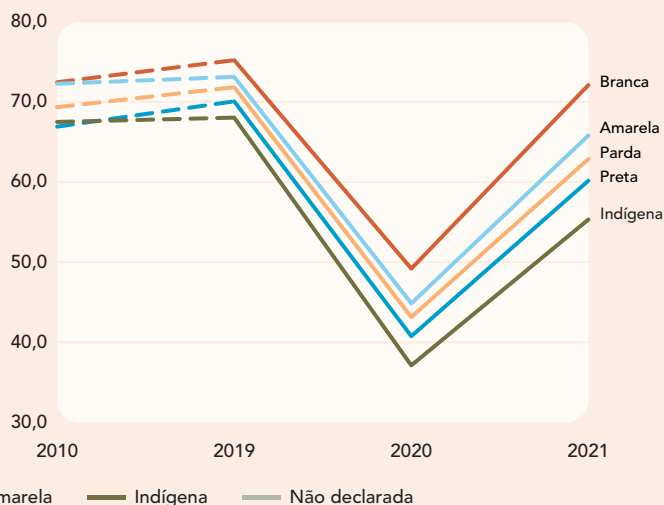
⁶ Para mais detalhes, consultar: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnad-covid1.html?=&t=o-que-e>.

⁷ Para mais informações, consultar: SINOPSE estatística do ENEM 2010/2021. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem>. Acesso em: set. 2022.

Percentual de participantes do ENEM (%)



Taxa de comparecimento ao ENEM (%)



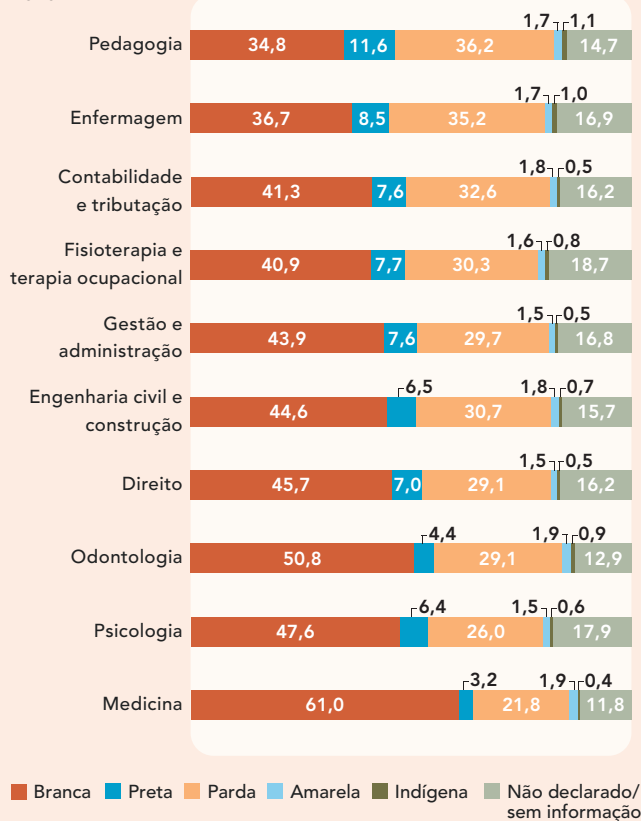
Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Sinopse Estatística do ENEM 2010-2021.
Nota: Participantes do ENEM em Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.

O impacto da pandemia também pode ser observado a partir da evolução na taxa de comparecimento ao ENEM por cor ou raça, isto é, a proporção de inscritos que efetivamente compareceram para realizar a prova. Os brancos mantiveram uma taxa de comparecimento maior do que os demais grupos ao longo do período analisado. Apesar de terem experimentado uma queda significativa de 75,2% para 49,2% de comparecimento entre 2019 e 2020, retornando para 72,1% em 2021, a diferença na taxa desse grupo em relação a dos pardos e pretos ficou ainda maior em 2020 e 2021. Os pardos tiveram queda na taxa de comparecimento de 71,8% para 43,1% de 2019 para 2020, atingindo apenas 62,9% em 2021, enquanto os pretos apresentaram taxas de 66,9%, 40,7% e 60,2%, respectivamente. Isso significa que após a inscrição, os pretos e pardos tiveram mais dificuldade do que os brancos para comparecer à prova. É importante destacar que os indígenas foram o grupo que apresentaram a menor taxa de comparecimento ao ENEM, além de terem sido os mais afetados pela pandemia, segundo esse indicador, apresentando taxas de comparecimento de 68,0%, 37,1% e 55,3%, respectivamente.

Além do acesso ao ensino superior, obter diplomas de cursos mais ou menos prestigiados traz vantagens no mercado de trabalho. O acesso diferenciado a esses diplomas gera desigualdades entre distintos grupos socioeconômicos (CARVALHAES; RIBEIRO, 2019). O Censo da Educação Superior 2020, também do INEP, mostrou que entre as 10 áreas específicas de graduação presencial com o maior número de matrículas, as áreas de Pedagogia e de Enfermagem apresentavam as maiores proporções de pretos e pardos, 47,8 (11,6% de pretos e 36,2% de pardos) e 43,7 (8,5% de pretos e 35,2% de pardos), respectivamente. Por sua vez, Medicina, tradicionalmente uma área mais concorrida e cujos profissionais tendem a receber rendimentos muito superiores à área de Educação, por exemplo, tinha somente 25,0% de matriculados pretos ou pardos (3,2% de pretos e 21,8% de pardos).

Distribuição de matrículas, segundo as dez áreas específicas de graduação presencial com maior número de matrículas (%)

2020



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Censo da Educação Superior 2020.
Nota: As matrículas no curso de Pedagogia constituem a soma das matrículas em quatro cursos de Formação de professores: de educação infantil, de letras, em áreas específicas e sem áreas específicas.

Violência

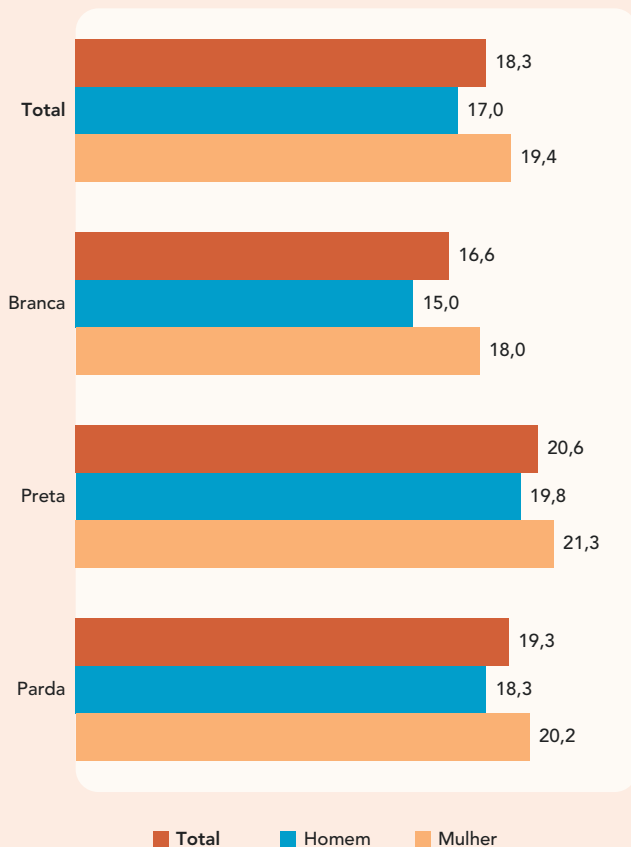
A violência é definida pela Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO) como

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. Quanto à sua natureza, a violência pode ser física, sexual, psicológica ou envolvendo privação ou negligência (RELATÓRIO..., 2002).

A Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2019, do IBGE, aponta que 18,3% das pessoas com 18 anos ou mais de idade haviam sofrido violência física, psicológica ou sexual nos 12 meses anteriores à pesquisa. As pessoas pretas foram as mais atingidas, com 20,6%, seguidas das pardas, 19,3%. Entre as pessoas brancas, 16,6% relataram ter sofrido algum tipo de violência. As mulheres foram mais vítimas de violência (19,4%) do que os homens (17,0%), principalmente as mulheres pretas, grupo de cor ou raça e sexo com maior proporção de vítimas (21,3%).

Pessoas de 18 anos ou mais de idade que sofreram violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses (%)

2019



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

Nota: Pessoas amarelas, indígenas e sem declaração de cor ou raça constam no total.

A taxa de homicídio (número de mortes por 100 mil habitantes) é um indicador amplamente utilizado para medir a incidência de violência física, em sua forma mais extrema, nos países, regiões e grupos populacionais. Na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, promovida pela Organização das Nações Unidas - ONU (United Nations - UN), ela figura como indicador para monitorar a Meta 16.1, “reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares”, no âmbito do Objetivo 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Embora as desagregações sugeridas na Agenda 2030 para o indicador em todos os países sejam por sexo e idade, com relação ao Brasil a desagregação por cor ou raça também é fundamental para a compreensão do fenômeno da violência, tendo em vista as profundas discrepâncias historicamente observadas entre a taxa de homicídio da população branca e a da população preta ou parda (ATLAS..., 2021).

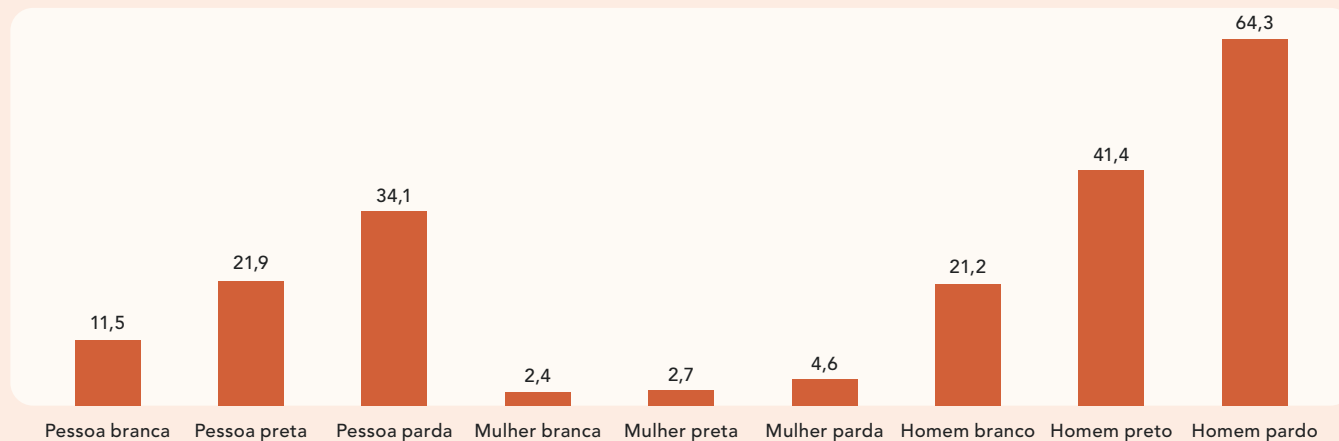
Segundo os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde, houve 49,9 mil homicídios no Brasil, em 2020, correspondendo a uma taxa de 23,6 mortes por 100 mil habitantes. O total de homicídios foi 9,6% maior do que o observado em 2019 (45,5 mil), mas ainda situado em patamar inferior ao observado em anos anteriores. O valor mais elevado da série iniciada em 2012 foi identificado em 2017 com 65,6 mil homicídios e taxa de 31,8 mortes por 100 mil habitantes. Segundo o Atlas da violência 2021, uma possível explicação para a redução nos homicídios a partir de 2018 estaria relacionada aos problemas de identificação da *causa mortis*, provocando aumento dos óbitos por causas indeterminadas no total de óbitos por causas externas, principalmente nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará e Bahia.

Os números encontrados mostram alta desigualdade na taxa de homicídios por cor ou raça, pois em 2020, as pessoas de cor ou raça parda apresentaram taxa de 34,1 mortes por 100 mil habitantes e as de cor ou raça preta de 21,9 mortes, o que representa quase o triplo e o dobro, respectivamente, da taxa observada entre as pessoas de cor ou raça branca, 11,5 mortes por 100 mil habitantes. Ressalta-se que a diferença entre as taxas de homicídios de pardos e brancos aumentou ao longo da série, dado que em 2012 era de 2,4 vezes.

Esse tipo de violência atinge principalmente os homens, que, em 2020, apresentaram uma taxa de 44,5 mortes por 100 mil habitantes, enquanto para as mulheres foi de 3,6 mortes. Ou seja, a taxa de homicídios masculina foi 12,5 vezes maior do que a feminina. Essa diferença se manteve estável ao longo da série histórica iniciada em 2012, demonstrando o aspecto estrutural neste tipo de violência física. Desmembrando por sexo e cor ou raça, a maior taxa foi observada entre os homens pardos (64,3 mortes) e em seguida pelos homens pretos (41,4 mortes), assim como entre as mulheres foram as pardas (4,6 mortes) e as pretas (2,7 mortes) as que mais sofreram essa violência.

Taxa de homicídios (por 100 mil habitantes)

2020

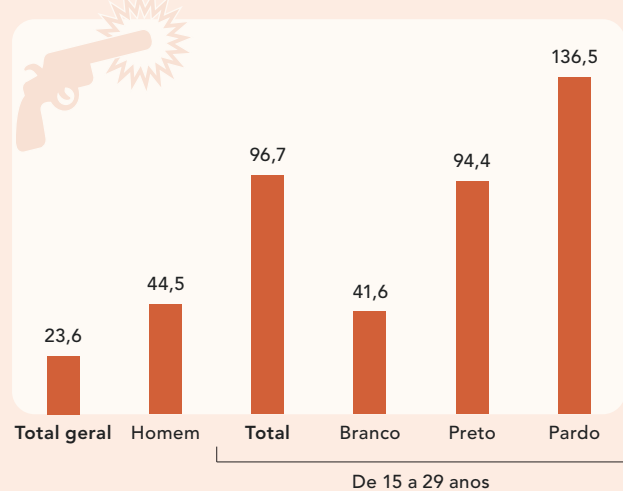


Fontes: 1. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. 2. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020.

Cabe destacar também que a violência atinge muito mais os homens de 15 a 29 anos do que os homens de outras faixas etárias, com uma taxa de homicídios de 96,7 mortes por 100 mil habitantes, o dobro da faixa etária de 30 a 59 anos (44,7 mortes) e 7 vezes a de 60 anos ou mais (13,2 mortes). Nesse grupo etário, as principais vítimas de homicídios foram os homens pardos e pretos com taxas de 136,5 e 94,4 mortes por 100 mil habitantes, o que representa 3,3 vezes e 2,3 vezes, respectivamente, a taxa observada entre os homens brancos da mesma faixa etária (41,6 mortes), demonstrando a forte desigualdade por cor ou raça existente nesse tipo de violência.

Taxa de homicídios de homens (por 100 mil habitantes)

2020



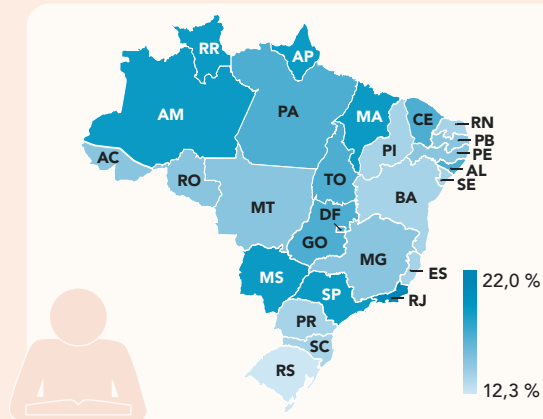
Fontes: 1. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. 2. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020.

Nota: Pessoas sem informação de sexo, idade ou cor ou raça constam no total.

A situação de segurança e violência entre os escolares de 13 a 17 anos foi levantada pelo IBGE, na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE 2019. Em relação ao envolvimento em brigas com arma branca nas escolas, segundo a PeNSE, 4,8% dos escolares afirmaram já terem se envolvido, sendo 7,3% entre pretos, 4,5% entre pardos e 4,0% entre os brancos. No que concerne ao trajeto casa-escola, 16,6% dos escolares afirmaram não terem comparecido à escola nos últimos 30 dias por falta de segurança no trajeto, sendo mais expressivo entre os escolares pretos, 19,8% e pardos, 16,3% do que entre os brancos, 15,5% e maiores também nas dependências escolares públicas, 17,6% do que nas privadas, 10,8%. Dentre as Unidades da Federação, Rio de Janeiro, Roraima e Amazonas apresentaram as maiores taxas, 22,0%, 20,4% e 19,8%, respectivamente, enquanto Piauí, Paraná e Rio Grande do Sul as menores, 12,8%, 12,8% e 12,3%.

Escolares de 13 a 17 anos que não compareceram à escola por falta de segurança no trajeto (%)

2019



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019.

Nota: Pessoas amarelas, indígenas e sem declaração de cor ou raça constam no total.

Participação e gestão

A participação política é uma das dimensões sociais onde há desigualdades de acesso segundo a cor ou raça e objeto de preocupação expressa na *Declaração e programa de ação* adotada na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, em 2001⁸. Na primeira edição deste informativo foi destacada

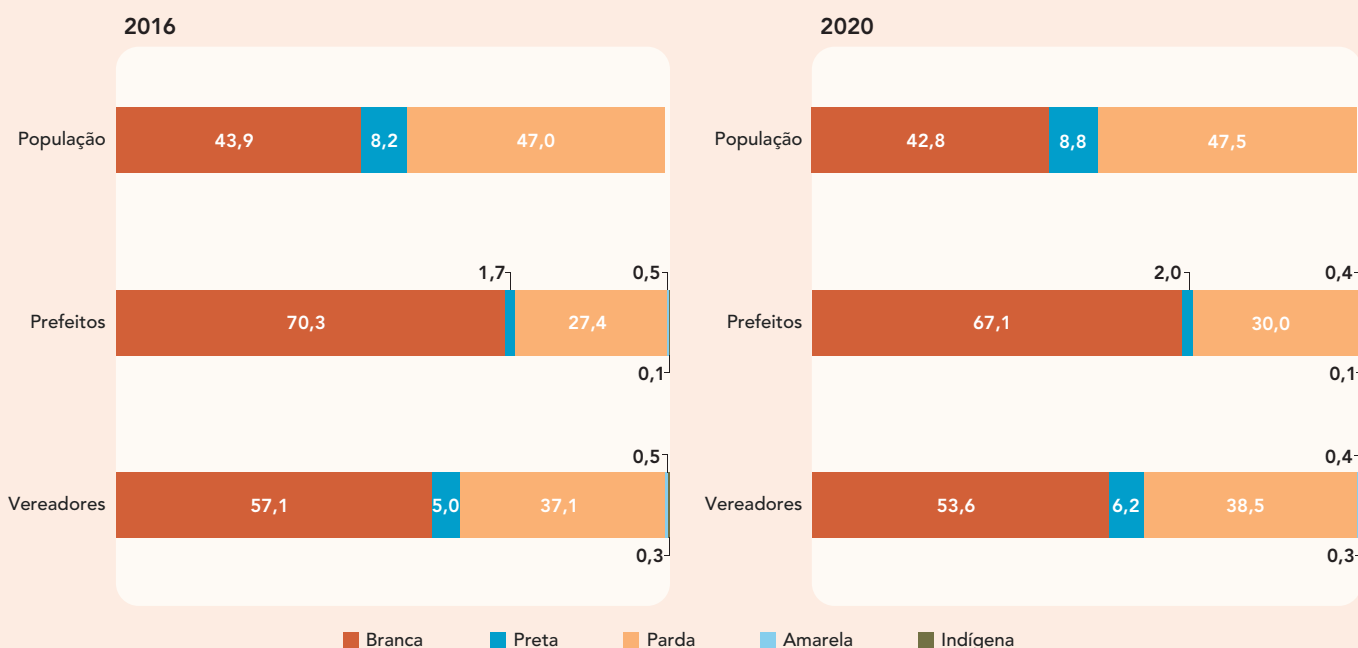
uma sub-representação da população preta ou parda na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas Estaduais e nas Câmaras de Vereadores [...] apesar de constituir 55,8% da população, esse grupo representa 24,4% dos deputados federais e 28,9% dos deputados estaduais eleitos em 2018 e por 42,1% dos vereadores eleitos em 2016 no País (DESIGUALDADES..., 2019).

Na presente edição, abordam-se as eleições para prefeitos e para vereadores em 2016 e 2020, com atenção a todos os grupos de cor ou raça. Dados eleitorais sobre prefeitos e vereadores eleitos em 2016 e em 2020 mostram sobrerrepresentação de pessoas de cor ou raça

branca (havia cerca de 60% a mais de prefeitos brancos eleitos do que pessoas brancas na população e também cerca de 30% de vereadores brancos a mais), com valores aproximados entre as duas eleições.

Em 2020, pessoas de cor ou raça preta eram 8,8% da população, 2,0% dos prefeitos e 6,2% dos vereadores. Também em relação a 2020, pessoas de cor ou raça parda eram 47,5% da população, mas apenas 30,0% dos prefeitos e 38,5% dos vereadores. Quanto à população amarela e indígena, pela PNAD Contínua, esses dois grupos representavam cerca de 1% da população⁹, enquanto somavam 0,5% dos prefeitos e 0,7% dos vereadores. A desigualdade foi maior entre os Municípios mais populosos. Naqueles com até 20 mil habitantes, os eleitos distribuíram-se como segue: cor ou raça branca (67,9%), parda (29,0%), preta (2,0%), amarela (0,5%) e indígena (0,2%). Dentre os 48 Municípios com 500 mil ou mais habitantes, houve 39 prefeitos eleitos de cor ou raça branca (81,3%) e 9 de cor ou raça parda (18,8%).

Distribuição dos prefeitos e vereadores eleitos e proporção da população, por cor ou raça (%)



Fontes: 1. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Portal de dados abertos do TSE. Brasília, DF, [2022]. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>. Acesso em: set. 2022. 2. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2020.

Notas: 1. Não são apresentadas estimativas de população para cor ou raça amarela ou indígena segundo a PNAD Contínua devido a baixa confiabilidade estatística e não cobertura de terras indígenas.

2. Exclusive candidatos cujas informações constam como "Não divulgável" no site do TSE. Apenas eleições ordinárias.

⁸ Para mais detalhes, consultar: CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 2001, Durban. *Declaração e programa de ação*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2001. 101 p. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf. Acesso em: set. 2022.

⁹ A PNAD Contínua não cobre setores de terras indígenas, dessa forma, há provável subestimação de pessoas de cor ou raça indígena.

Há sobrerrepresentação de homens entre eleitos e candidatos¹⁰, sendo maior entre os eleitos, o que faz com que o sucesso eleitoral¹¹ dos homens seja maior do que o das mulheres (0,29 contra 0,25). Mulheres pretas tiveram a menor participação entre eleitos em 2020, eram apenas 10 prefeitas num total de 5 502 eleições ordinárias¹², sendo que, além de baixo sucesso eleito-

ral (0,03), houve barreiras à candidatura, pois foram apenas 132 candidatas para esse cargo. Em relação a vereadoras, foram 491 eleitas em cerca de 58 mil vagas para as Câmaras Municipais. Mulheres de cor ou raça amarela e indígena também tiveram baixa representação, foram 7 prefeitas amarelas eleitas em 2020 e apenas 1 indígena.

Estatísticas eleitorais de prefeitos e vereadores, por cor ou raça, segundo o sexo - Brasil

2020

Sexo	Prefeitos						Vereadores					
	Total (1)	Cor ou raça (2)					Total (1)	Cor ou raça (2)				
		Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena		Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
Candidatos(as) (A)												
Total	19 379	12 199	831	6 078	95	40	518 485	244 095	56 653	207 585	1 797	2 100
Homens	16 750	10 549	699	5 290	80	34	338 108	155 627	37 014	138 956	1 122	1 394
Mulheres	2 602	1 650	132	788	15	6	180 218	88 468	19 639	68 629	675	706
Eleitos(as) (B)												
Total	5 502	3 691	111	1 650	23	8	58 090	31 109	3 591	22 393	232	184
Homens	4 839	3 248	101	1 449	16	7	48 789	25 621	3 100	19 233	185	155
Mulheres	663	443	10	201	7	1	9 301	5 488	491	3 160	47	29
Percentual de eleito(as) (%)												
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	87,9	88,0	91,0	87,8	69,6	87,5	84,0	82,4	86,3	85,9	79,7	84,2
Mulheres	12,1	12,0	9,0	12,2	30,4	12,5	16,0	17,6	13,7	14,1	20,3	15,8
Sucesso eleitoral (B/A)												
Total	0,28	0,30	0,13	0,27	0,24	0,20	0,11	0,13	0,06	0,11	0,13	0,09
Homens	0,29	0,31	0,14	0,27	0,20	0,21	0,14	0,16	0,08	0,14	0,16	0,11
Mulheres	0,25	0,27	0,08	0,26	0,47	0,17	0,05	0,06	0,03	0,05	0,07	0,04

Fonte: 1. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Portal de dados abertos do TSE. Brasília, DF, [2022]. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>. Acesso em: set. 2022.

(1) Inclusive sem resposta para cor ou raça. (2) Exclusive candidatas cujas informações constam como "Não divulgável" no site do TSE. Apenas eleições ordinárias.

¹⁰ Essas desigualdades, na temática de vida pública e gestão, foram estudadas também na publicação do IBGE *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*.

¹¹ A taxa de sucesso eleitoral se calcula pela divisão do número de pessoas eleitas (em determinado recorte) pelo número de candidatos(as).

¹² Além das eleições ordinárias para prefeituras, houve 64 eleições suplementares, não abordadas aqui. Em relação a vereadores, houve apenas eleições ordinárias.

No Brasil reconhecidamente o sucesso eleitoral está muito ligado à quantidade de recursos disponíveis para financiar as campanhas, pois são eleições consideradas caras (CARRAZZA, 2018; SPECK, 2010). Dessa forma, a desigualdade de acesso ao financiamento de campanhas vai implicar maiores ou menores chances de se eleger. Para as eleições a prefeito, em 2020, tanto candidatos quanto eleitos de cor ou raça branca estiveram mais

concentrados nas faixas mais altas de receita. Foram 62,9% dos candidatos a prefeito brancos, mas 73,6% dos candidatos com receita entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão e 67,5% dos candidatos com receita acima de R\$ 1 milhão. Em relação aos eleitos, houve ainda maior concentração. Na faixa acima de R\$ 1 milhão, eram 82,1% brancos, 1,8% pretos, 16,1% pardos e nenhum eleito de cor ou raça amarela ou indígena.

Distribuição de candidatos e eleitos para prefeito, por classes de receita da candidatura, segundo a cor ou raça (%)

2020

Cor ou raça	Total (1)	Classes de receita (2)					
		Até R\$ 20 mil	Mais de R\$ 20 mil até R\$ 50 mil	Mais de R\$ 50 mil até R\$ 100 mil	Mais de R\$ 100 mil até R\$ 500 mil	Mais de R\$ 500 mil até R\$ 1 milhão	Mais de R\$ 1 milhão
Candidatos a prefeito							
Branca	62,9	62,8	66,2	61,8	62,4	73,6	67,5
Preta	4,3	5,7	3,7	3,5	3,9	3,3	6,8
Parda	31,4	29,9	29,0	33,5	32,7	22,7	25,7
Amarela	0,5	0,5	0,4	0,6	0,4	0,3	-
Indígena	0,2	0,4	0,2	0,1	0,2	-	-
Prefeitos eleitos							
Branca	67,1	87,7	73,5	63,9	59,9	73,8	82,1
Preta	2,0	0,5	1,8	2,1	2,7	0,9	1,8
Parda	30,0	11,9	24,5	33,0	36,9	25,2	16,1
Amarela	0,4	-	0,2	0,9	0,3	-	-
Indígena	0,1	-	0,1	0,2	0,2	-	-

Fonte: 1. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Portal de dados abertos do TSE. Brasília, DF, [2022]. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>. Acesso em: set. 2022.

(1) Excluído candidatos cujas informações constam como "Não divulgável" no site do TSE. Apenas eleições ordinárias.

(2) Excluído sem resposta para receitas.

Outro tema abordado neste tópico está relacionado à existência de políticas municipais de combate ao racismo. Foi verificada, quanto ao ano de 2019, a proporção de pessoas pretas ou pardas que viviam em Municípios onde: havia legislação municipal específica sobre a promoção da igualdade racial e/ou de enfrentamento ao racismo; havia legislação municipal específica sobre combate à discriminação racial no âmbito da administração pública; e a gestão municipal desenvolvia política ou programa para a promoção à igualdade racial e/ou enfrentamento ao racismo¹³.

Estimou-se a proporção de pessoas pretas e de pessoas pardas que viviam em 2019 em Municípios com legislação e políticas favoráveis à igualdade social, tal como investigado nas prefeituras pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, do IBGE. Eram 39,0 % das pessoas pretas e 28,7% das pessoas pardas vivendo em municipalidades com legislação municipal específica sobre a promoção da igualdade racial e/ou de enfrentamento ao racismo. Eram 28,9% das pessoas pretas e 19,3% das pessoas pardas vivendo em Municípios com legislação municipal específica sobre combate à discriminação racial no âmbito da administração pública. Em Municípios onde a gestão municipal desenvolvia política ou programa para a promoção à igualdade racial e/ou enfrentamento ao racismo, viviam 62,8% as pessoas pretas e 53,4% das pessoas pardas. Para essas três métricas, havia desigualdades regionais. Por exemplo, para a existência de legislação para a promoção da igualdade racial, moravam 10,6% dos pardos, na Região Norte, e 45,8% na Região Sudeste. Além do Distrito Federal (que para a MUNIC, por razões metodológicas, é considerado como Município) as maiores proporções de pretos ou pardos sob gestão municipal que desenvolvia política pró igualdade racial estavam no Amapá (83,3%) e no Rio de Janeiro (80,9%) e as menores, em Roraima (14,7%) e no Ceará (31,3%).

Destaca-se também que havia poucos Municípios com instâncias de participação diretamente relacionadas à promoção de políticas para a igualdade racial. Em 2019, apenas em 365 havia Conselho Municipal de Direitos de Igualdade Racial, sendo que, em 256, os Conselhos se reuniram ao menos uma vez nos 12 meses que precederam à pesquisa. Nesses 256, viviam 51,2% das pessoas pretas e 37,1% das pessoas pardas. ■

Pessoas residentes em Municípios com legislação municipal e desenvolvimento de políticas ou programas (%)

2019

Com legislação municipal específica sobre	Promoção da Igualdade Racial e/ou de Enfrentamento ao Racismo	39,0	28,7
	Combate à discriminação racial no âmbito da administração pública	28,9	19,3
A gestão municipal desenvolve política ou programa para a promoção à igualdade racial e/ou enfrentamento ao racismo		62,8	53,4



Preta



Parda

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2019 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019 (acumulado de primeiras visitas).

¹³ Para estimar esse número de pessoas, foi feito um cruzamento entre duas pesquisas do IBGE, a PNAD Contínua e a MUNIC, ambas relacionadas ao ano de 2019. Para detalhes sobre a metodologia do cruzamento, consultar as **Notas Técnicas**.

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de População
e Indicadores Sociais

Normalização textual

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Sistematização de
Conteúdos Informacionais

Projeto gráfico

Centro de Documentação
e Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Agência Brasil/EBC

Impressão

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181



(21) 97385 8655



IBGE

Links



Tabelas de resultados,
notas técnicas
e demais
informações
sobre o estudo

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>